

Faltam seis meses para a eleição. E aí?



» DANIEL A. DE AZEVEDO
Professor de geografia política do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB)

presidente; contudo, em um eventual segundo turno, a tendência é a convergência majoritária desses votos em um único opositor. A longo prazo, o cenário é ainda mais desafiador para a esquerda: enquanto esse campo não apresenta um nome capaz de substituir Lula, a direita constrói quadros para 2026 e, com quase absoluta certeza, para 2030. A sucessão na esquerda ainda é uma miragem no horizonte.

Em segundo lugar, assistimos ao fim da hegemonia do “incumbente”. Historicamente, quem detinha a caneta e a máquina pública entrava na disputa com franco favoritismo. Essa regra está ruindo. No mundo hiperconectado e veloz das redes sociais, a satisfação do eleitor é volátil. A oposição consegue minar ganhos do governo com mais agilidade, expondo problemas e apresentando alternativas com eficácia inédita. Ser o detentor do cargo já não é a vantagem competitiva como era no passado.

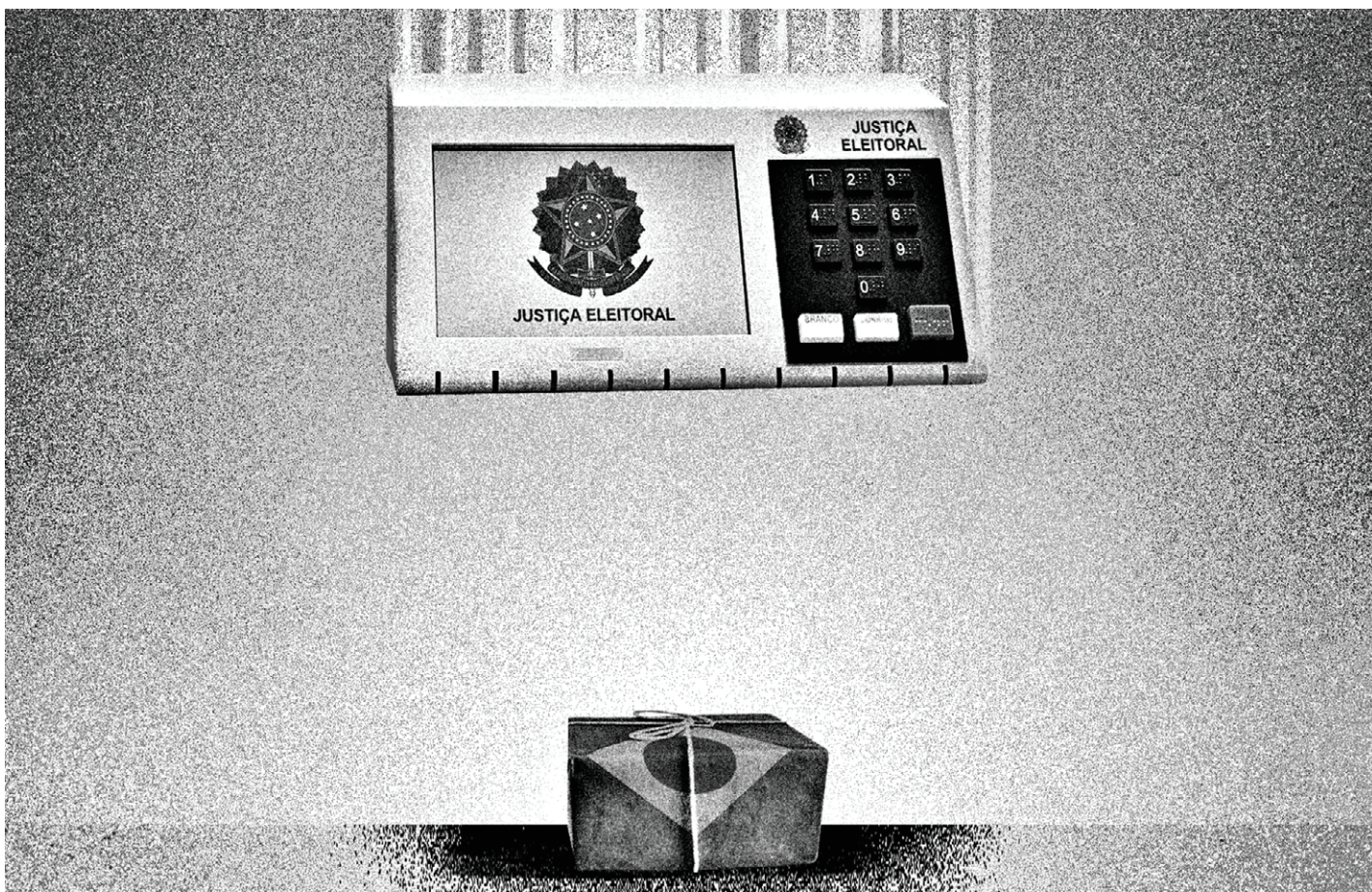
Se, por um lado, essa competitividade é o sinal vital de uma democracia saudável, por outro, ela gera uma lógica perigosa. Governos acuados pela iminência da derrota podem adotar medidas desesperadas no último ano de mandato. O ciclo de quatro anos tem se mostrado curto demais para o planejamento de políticas de Estado perenes, empurrando o país para a “política do varejo”. Nesse cenário, parece ser mais do que nunca importante a discussão sobre mandatos únicos e mais longos.

Por último, vemos um velho problema brasileiro ganhando contornos ainda mais relevantes. Enquanto pelo menos uma parte da população já se preocupa com as eleições presidenciais de outubro de 2026, praticamente não se discute a eleição para o Senado (são duas vagas este ano!) e para as Câmaras de deputados federais

e estaduais. Isso pode ser mais do mesmo, porque já é conhecido no Brasil como o eleitor não entende o sistema proporcional de lista aberta e seus cálculos e não se importa com esses cargos, pois acredita que estamos em um sistema presidencialista clássico.

O paradoxo é que o presidente da República tem cada vez menos força. Na prática, vivemos um semipresidencialismo que urge ser debatido. Nunca o Legislativo teve tanto protagonismo. Recentemente, derrubou vetos e barrou indicação ao STF (algo praticamente inédito na história brasileira). Claro que essas sempre foram atribuições do Congresso, mas agora os parlamentares se sentem menos dependentes do Executivo e se tornam protagonistas com mais frequência. Atualmente, vale mais ser um influente líder de bancada do que um ministro de Estado, já que administra fatias vultosas do Orçamento via emendas parlamentares (de todos os tipos). O Congresso hoje não apenas legisla, mas “executa” políticas públicas diretamente nos municípios e estados. Enquanto os líderes partidários já entenderam a importância estratégica da eleição ao Senado, visando, inclusive, confrontar o STF, a população segue focada exclusivamente no cargo majoritário. Um erro ainda mais perigoso no contexto atual.

Em suma, as coisas mudaram, mas nossas reflexões muitas vezes permanecem presas a lógicas do passado. Temos agora uma direita multifacetada — reacionária, conservadora ou liberal — que transcende o rótulo de “bolsonarista”. O governante perdeu seu conforto natural no processo de reeleição, e o Legislativo saiu da sombra do Executivo. É hora de encarar 2026 como o fenômeno novo que ele realmente é.



A agricultura que produz, mas não captura valor



» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador e ex-presidente da Embrapa

O resultado é um sistema muito eficiente em gerar volume, mas desigual na distribuição do valor criado. Essa assimetria não é acidental. No modelo econômico dominante, cadeias abertas, competitivas e globalizadas tendem a favorecer os elos com maior escala, informação e poder de mercado. Para a produção primária, exposta a clima, preços, câmbio e custos sobre os quais tem pouco controle, construir relações mais equilibradas tem se tornado uma tarefa cada vez mais difícil.

Essa realidade aparece com mais força em cadeias nas quais o produtor entrega qualidade, mas não controla os elos que a transformam em valor. Café, cacau, leite, frutas e hortaliças podem ganhar preço por origem, marca, processamento, certificação, regularidade e acesso ao consumidor. Mas grande parte desse valor costuma ser capturada depois da porteira. Para muitos produtores, o desafio não é apenas produzir melhor, mas participar das etapas em que o valor é reconhecido e remunerado.

A agricultura brasileira, por sua eficiência e forte presença nos mercados globais, está cada vez mais pressionada por essa lógica. Safras recordes e ganhos de produtividade consolidaram o país como potência agrícola. Mas esse sucesso convive com uma realidade desconfortável, cada vez mais percebida no campo. Muitos produtores se tornam mais eficientes, mas retêm uma parcela menor do valor que ajudam a gerar.

Essa tensão aparece no dia a dia da produção. O produtor vende em mercados globais sujeitos a fortes oscilações, enquanto compra insumos, tecnologia e crédito em mercados muitas vezes concentrados e caros. Quando os preços caem, a reação mais comum é ampliar a escala para compensar perdas. Mas, quando muitos fazem o mesmo, a oferta aumenta, os preços ficam pressionados e a rentabilidade volta a cair.

Por isso, a saída não está em produzir cada vez mais como única resposta, nem em rejeitar os mercados. A eficiência produtiva, embora indispensável, já não basta para sustentar uma agricultura resiliente. Quando o produtor assume riscos elevados, mas tem pouco controle sobre preços, custos e condições de venda, torna-se necessário ampliar a agenda. Além de produzir mais e melhor, será preciso discutir captura de valor, gestão de riscos e formas mais equilibradas de organização das cadeias.

Algumas direções parecem especialmente importantes. A primeira é fortalecer a organização dos produtores, com cooperativas, alianças produtivas, redes de compra e venda e plataformas de comercialização. A segunda é avançar em diferenciação e agregação de valor. Nem toda produção conseguirá escapar da lógica das commodities, mas há espaço para valorizar melhor atributos como qualidade, origem, sustentabilidade, rastreabilidade e regularidade de oferta.

Também será necessário aperfeiçoar políticas de gestão de risco e estabilização de renda, reduzindo a exposição dos produtores a preços, câmbio, clima e custos. Ao mesmo tempo, a transição energética e a bioeconomia podem abrir novas fontes de receita, com mercados ligados a carbono, bioinsumos, biomateriais e biomassa para energia. Mas essas oportunidades só se tornarão reais com regras claras, organização produtiva, assistência técnica e estratégias consistentes de inserção nos mercados.

O desafio é reequilibrar um sistema muito eficiente em produzir, mas ainda desigual na distribuição do valor gerado. Produzir mais continuará sendo necessário, mas será cada vez menos suficiente. O futuro da agricultura brasileira dependerá da capacidade de capturar melhor valor, reduzir vulnerabilidades e reposicionar o produtor em cadeias mais equilibradas e resilientes.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha@gdabr.com.br



O novo macartismo

Uma corte superior britânica acaba de anular a multa de 585 mil libras esterlinas imposta à Universidade de Sussex pelo regulador do ensino superior a Office for Students (OfS). A multa foi aplicada sob a alegação de que a instituição havia tolerado a perseguição e a expulsão da professora Kathleen Stock, cujo crime foi afirmar que o sexo biológico é real. O veredito é uma derrota para a liberdade acadêmica e um sinal ominoso: no Ocidente dominado pelo pensamento Woke, a ciência e o bom senso estão cada vez mais na berlinda ou no fio da navalha.

Kathleen Stock é filósofa, oficial da Ordem do Império Britânico (OBE), premiada pela rainha pelos seus serviços à educação superior. Trabalhou como professora de filosofia na Universidade de Sussex de 2003 a 2021. Publicou trabalhos sobre estética, ficção, orientação sexual e identidade de gênero. Sua posição acadêmica era simples, lastreada em biologia e filosofia analítica: o sexo biológico é uma realidade objetiva e importa para o direito, para a medicina, para o esporte e para as políticas públicas. Por sustentar essa posição, foi alvo de uma campanha organizada de perseguição. Grupos de ativistas criaram contas nas redes sociais com o nome “AntiTerfSussex”, colaram cartazes nas dependências da universidade pedindo sua demissão, realizaram protestos dentro do campus e chegaram a emitir ameaças de morte.

Reconhecendo a gravidade das ameaças, a polícia britânica aconselhou-a a não comparecer à universidade para garantir sua segurança. Em outubro de 2021, sem condições de trabalhar, ela entregou o cargo. Ironicamente, quem investigou o caso foi a própria OfS, órgão regulador do ensino superior, que, em março de 2025, concluiu que a universidade havia falhado em proteger a liberdade de expressão. A multa aplicada foi a maior já imposta pelo regulador ao setor. A Universidade de Sussex contestou a decisão por revisão judicial, alegando que a penalidade era kafkiana e desproporcional. Em 29 de abril de 2026, o Alto Tribunal deu razão à universidade, anulou a multa e, na prática, esvaziou a legislação de liberdade de expressão no ensino superior britânico.

O resultado prático é claro: professores que ousem contrariar a ortodoxia de gênero seguem desamparados. Como bem alertou o Free Speech Union, a sentença “deixa acadêmicos como Kathleen Stock indefesos, ao mesmo tempo em que empodera ativistas para expulsar do campus qualquer pessoa de quem discordem”. Há um paradoxo dilacerante nessa história. Kathleen Stock não negou a existência de pessoas transgênero. Não pregou ódio. Não incitou violência. Ela simplesmente escreveu, em artigos acadêmicos revisados por pares, que o sexo biológico determinado pela genética, pela anatomia e pela fisiologia é uma realidade objetiva que não pode ser apagada por decreto ou por sentimento subjetivo.

Essa é a posição de praticamente toda a biologia, medicina e genética modernas. No entanto, essa posição em linha reta com o conhecimento científico consolidado foi tratada como discurso de ódio por uma parcela radicalizada do movimento identitário. E a universidade, em vez de defender a integridade acadêmica, preferiu acomodar-se ao zeitgeist ideológico, adotando uma política que exigia que funcionários e alunos “representassem positivamente as pessoas trans” e que declarava que “a transfobia não seria tolerada”, um código que, na prática, criminalizava qualquer análise crítica da ideologia de gênero.

Estamos diante de algo sem precedentes na história das instituições de saber: uma professora premiada pela própria monarquia britânica, com décadas de carreira respeitável, sendo tratada como criminoso por enunciar fatos verificáveis. A ciência foi colocada no banco dos réus, e o tribunal ideológico a condenou. O caso Stock não é uma anomalia. É a face visível de uma avalanche que vem soterrando as universidades e as instituições ocidentais há pelo menos duas décadas.

Alguns exemplos recentes são suficientes para revelar a escala do problema: nos Estados Unidos, pesquisa da Fire (Foundation for Individual Rights and Expression) revelou que 69% dos professores conservadores fazem autocensura nas redes sociais e 47% declaram que não conseguem expressar suas opiniões em determinados temas dentro das universidades por medo de retaliação de colegas, alunos e chefias. Na Universidade de Kent, Reino Unido, o professor Matthew Goodwin, após duas décadas de carreira, deixou sua cátedra de política por não suportar mais o sufocamento ideológico da academia britânica. Em seu livro, *Bad education* documentou como o dogma woke deformou o ensino, a pesquisa e o aprendizado nas universidades do país.

Na Universidade da Virgínia (EUA), dados revelaram que a instituição gastava US\$ 20 milhões por ano para sustentar 235 funcionários exclusivamente dedicados a programas de DEI (Diversidade, Equidade e Inclusão), uma estrutura burocrática ideológica que rivaliza em tamanho com departamentos acadêmicos inteiros. Harvard e outras universidades de elite norte-americanas passaram a exigir dos candidatos a professor as chamadas “diversity statements”, declarações de fidelidade ideológica à agenda DEI. Um quinto dos pesquisadores admitiu falsificar os temas de pesquisa que escolhem para não contrariar a ortodoxia dominante. É o macartismo revisitado.

» A frase que foi pronunciada

A monarquia degenera em tirania, a aristocracia em oligarquia e a democracia em anarquia.

Políbio

» História de Brasília

Agora que Brasília já está crescendo, e está muito diferente, vem recebendo a visita de muita gente. Há, entretanto, uma dificuldade tremenda: quanto à numeração dos blocos e das quadras residenciais da W3 (Publicada em 18/5/1962)